

h) Superintender na utilização racional das instalações afectas ao respectivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

i) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho no respectivo serviço;

j) Autorizar, nos termos da lei, os benefícios do estatuto de trabalhador-estudante relativamente aos funcionários em exercício de funções na respectiva unidade orgânica;

k) Justificar e injustificar faltas aos funcionários da respectiva unidade orgânica;

l) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual da direcção de serviços.

3 — Este despacho produz efeitos a partir do dia 27 de Setembro de 2007, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos pelos directores de serviços sobre as matérias incluídas no âmbito desta subdelegação de competências.

12 de Dezembro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Manuel Sousa Meireles*.

#### Aviso (extracto) n.º 341/2008

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos de 15-11-07, proferido nos termos dos artigos 13º e 24º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Finanças Adjunto do Serviço de Finanças de Lisboa 11, por vacatura de lugar, com efeitos reportados a 12 de Março de 2007, o TATA, Nível 2 Miguel Fernando Mendes Lopes.

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos de 15-11-07, proferido nos termos dos artigos 13º e 24º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Finanças do Serviço de Finanças de Sintra 1, por vacatura de lugar, com efeitos reportados a 1 de Dezembro de 2007, o Chefe de Finanças Adjunto, Augusto Pires Calmeiro. Pelo mesmo despacho, foi nomeado em regime de substituição, no cargo de Chefe de Finanças Adjunto do Serviço de Finanças de Sintra 1, por impedimento, com efeitos a 1 de Dezembro de 2007, do TAT Nível 2 João José Martins Ramos.

13 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Aviso n.º 342/2008

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos de 11 de Dezembro de 2007, proferido nos termos do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 366/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 237/2004 de 18 de Dezembro, foi autorizada a substituição do anterior Chefe da Equipa de Seguradoras 2 da Direcção de Serviços da Inspeção Tributária, com a consequente designação do Chefe da Equipa de Seguradoras 2, do Inspector Tributário de Novel 2, Carlos Manuel Gomes Sebastião, com efeitos a 1 de Julho de 2007, cessando funções a anterior coordenadora.

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos de 11 de Dezembro de 2007, proferido nos termos do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 366/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 237/2004 de 18 de Dezembro, foi autorizada a substituição dos anteriores Chefes das Equipas 11 e 12 da Divisão de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Évora, com a consequente designação para a Chefia da Equipa 11, do Inspector Tributário Principal, Helder Dias Pinto, com efeitos a 1 de Junho de 2007, e para a Chefia da Equipa 12, a Inspectora Tributária Principal, Maria Clara Primo Marçal, com efeitos a 31 de Maio de 2007, cessando funções os anteriores Chefes de Equipas com efeitos aquelas datas.

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos de 11 de Dezembro de 2007, proferido nos termos do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 366/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 237/2004 de 18 de Dezembro, foi autorizada a substituição do anterior Chefe de Equipas 20 da Divisão de Inspeção Tributária II da Direcção de Finanças de Leiria, com a consequente designação do novo Chefia da Equipa 20, do Inspector Tributário Principal, António Manuel Duarte Guerra, com efeitos a 1 de Julho de 2007, cessando funções o anterior Chefe de Equipa, com efeitos aquela data.

14 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Aviso (extracto) n.º 343/2008

Por despachos da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e do Vogal do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social I.P., de 2007-12-04 e 2007-11-29, respectivamente foi autorizada a prorrogação da requisição do técnico superior de 1ª classe, Luís Filipe Santos Silva, do quadro de pessoal do Instituto

da Segurança Social I. P., a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro.

21 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

##### Aviso (extracto) n.º 344/2008

Por despacho de 11 de Novembro de 2007 do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Director de Finanças Adjunto de Viseu, nos termos dos n.º 1 e 2º do artigo 23º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, ao Licenciado João Gambôa Cardina — gestor tributário.

17 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

##### Rectificação n.º 17/2008

Por ter sido publicado com inexactidão no D.R. n.º 243, 2.ª série, de 18.12.2007, a p. 36363, o aviso (extracto) n.º 24941/2007, rectificasse:

Onde se lê:

Direcção-Geral do Orçamento

Deve ler-se:

Direcção-Geral dos Impostos

Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

18 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Instituto Nacional de Administração, I. P.

##### Despacho n.º 604/2008

Por meu despacho de 14 de Novembro de 2007, por reunir os requisitos legais necessários e possuir o perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso, através da necessária publicitação legal, nomeio, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada Vera Maria da Silva Batalha, assessora principal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I.P., no cargo de direcção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão do Centro de Documentação, do mesmo quadro.

Conforme o disposto no n.º 10 artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da funcionária nomeada.

##### Nota curricular

Vera Maria da Silva Batalha

Local e data de nascimento: Lisboa, 26 de Abril de 1962.

Habilitações literárias e profissionais:

1986-1988 — Curso de Pós-graduação em Ciências Documentais, opção Biblioteca e Documentação, da Faculdade de Letras de Lisboa, com a classificação final de 15 valores;

1980-1985 — Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, estudos franceses e ingleses, da Faculdade de Letras de Lisboa, com a classificação final de 14 valores;

2004 — Seminário de Alta Direcção, INA (Oeiras);

1988-2007 — Participação em cursos de formação nacionais e internacionais nas áreas da gestão, liderança, documentação e arquivo;

Experiência profissional:

1997-2007 — Chefe de Divisão do Centro de Documentação e CDE do INA, I.P.;

1992-1997 — Coordenadora do Centro de Documentação e Centro de Documentação Europeia(CDE) do INA;

1988-1990 — Coordenadora do projecto de informatização do Centro de Documentação do INA com um sistema integrado de gestão de bibliotecas;

Outras actividades:

2001-2007 — Coordenadora adjunta nacional dos CDE — Centros de Documentação Europeia;

1998-2007 — Participação na concepção de páginas web para o Centro de Documentação e CDE do INA e responsável pela respectiva criação, edição e actualização de conteúdos;

1992-1995 — Formadora na área da informática documental;

1994 — Autora de colectâneas de textos e compilação de legislação sobre a Livre circulação de pessoas e a imigração na Comunidade Europeia (CE), Protecção e Segurança Social dos Trabalhadores na CE e Reconhecimento de diplomas na CE;

1987-1989 — Avaliação e tradução de software internacional para a gestão integrada de bibliotecas;

1987 — Estágio na Holanda para avaliação de software documental; Participação em vários projectos de criação de bases de dados documentais de apoio ao ensino e à investigação.

30 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, em exercício, *Rui Afonso Lucas*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

#### Despacho n.º 605/2008

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 18236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República* — 2.ª Série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o Capitão-de-Mar-e-Guerra RES 55267 Augusto César da Gama Ferreira de Carvalho, por um período de trezentos e sessenta e cinco (365) dias, com início em 01Jun07, para desempenhar funções de Director Técnico do Projecto n.º 8 — Marinha de Guerra Angolana, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* — 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

#### Despacho n.º 606/2008

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 18236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República* — 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006 e nos termos do artigo 4º do Estatuto dos Militares em acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o Tenente-Coronel INF 14097078 Augusto Manuel dos Santos Alves, por um período de trezentos e sessenta e cinco (365) dias, em substituição do Tenente-Coronel INF 02193378 Rui Jorge Ramos Carvalho, para desempenhar funções de Director Técnico do Projecto n.º 5 — Centro de Instrução de Operações de Paz, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* — 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

12 de Setembro de 2007. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

### Secretaria-Geral

#### Aviso (extracto) n.º 345/2008

**Concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.**

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 23 de Novembro de 2007 do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso

geral para preenchimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, constante no anexo I à Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro.

2 — Nos termos dos artigos artigo 41.º e 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro a abertura do presente concurso foi precedida de consulta à bolsa de emprego público (BEP), em 19 de Novembro de 2007, sem que se verificasse a existência de pessoal em situação de mobilidade especial (SME).

3 — Prazo de validade — o presente concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, esgotando-se com o respectivo preenchimento.

4 — Local de trabalho — Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º, em Lisboa.

5 — Conteúdo e áreas funcionais — Ao lugar a preencher correspondem funções de análise, investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos no âmbito das competências da Central de Compras do Ministério da Defesa Nacional.

6 — Requisitos especiais de admissão — Poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

a) Sejam técnicos superiores de 2.ª classe com, pelo menos, três anos na categoria classificados de Bom, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

b) Ou, preencham os requisitos de candidatura para ingresso na função pública nos termos do disposto nos números 2 e 4 a 7 do artigo 30.º e do artigo 49.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio;

c) Possuam licenciatura em Economia.

7 — Métodos de selecção — Considerando as exigências correspondentes ao conteúdo funcional do lugar posto a concurso, serão utilizados como métodos de selecção a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

7.1 — A avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção serão efectuadas nos termos, respectivamente, dos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — O local, a data e a hora de realização da entrevista profissional de selecção serão divulgados nos termos do n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.3 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas nos dois métodos de selecção referidos, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

7.4 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta da primeira reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregues pessoalmente na Secção de Expediente e Arquivo da Secretaria-Geral, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º, 1400-204 Lisboa, ou remetidas pelo correio, para o mesmo endereço, com aviso de recepção, considerando-se entregues dentro do prazo os documentos expedidos pelos CTT até ao limite do prazo fixado.

9 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão conter os seguintes elementos:

a) Identificação (nome, estado civil, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);

b) Menção expressa da natureza do vínculo, do quadro de pessoal a que pertence e da categoria que detém;

c) Menção do concurso a que se candidata e a habilitação académica que possui;

d) Data e assinatura.

10 — Documentos a juntar ao requerimento:

a) Currículo profissional detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias e as funções que exercem, bem como as que exerceram, com a indicação dos respectivos períodos de permanência, as actividades relevantes e a participação em grupos de trabalho, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações e seminários, indicando a respectiva duração, as datas de realização e as entidades promotoras);

b) Fotocópia do certificado das habilitações literárias;

c) Fotocópias dos certificados das acções de formação profissional;